Estado do Paraná

Excelentíssimo Senhor Vilmar Maccari Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco - Paraná

O vereador Carlinho Antonio Polazzo – PROS, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, submete à apreciação da Câmara Municipal de Pato Branco o seguinte. Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 17 /2019

Dispõe sobre a impressão no sistema braile para atendimento às pessoas com deficiência visual e dá outras providências.

- Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade da impressão no sistema braile das faturas de fornecimento dos serviços de energia elétrica, água, telefone e internet para atendimento às pessoas com deficiência visual.
- § 1º Para efeitos desta lei, considera-se deficiência visual a perda ou redução de capacidade visual em ambos os olhos em caráter definitivo, que não possa ser melhorada ou corrigida com o uso de lentes, tratamento clínico ou cirúrgico.
- § 2º Os indivíduos cuja deficiência visual corresponda ao disposto no parágrafo anterior deverão solicitar o envio de conta impressa no método braile de leitura, mediante cadastro feito pela internet, via telefone ou solicitação por escrito enviada pelos correios para as respectivas empresas concessionárias que exploram esses serviços.
- Art. 2º A obrigatoriedade da impressão do sistema braile aplica-se também para a emissão de carnês de IPTU e Taxa de Coleta de Lixo.
- § 1º Os contribuintes deverão solicitar a impressão em braile até o dia 30 de novembro do ano anterior.
- § 2º As despesas decorrentes do *caput* correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
- Art. 3º As empresas concessionárias que exploram os serviços de energia elétrica, água, telefone e internet, terão um prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta lei, para adequação às disposições nela estabelecidas.
 - Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 8 de janeiro de 2019.

Carlinho Antonio Polazzo – PROS Vereador proponente

Rua Arariboia, 491 - Centro - Fone: (46) 3272-1500 - 85501-262 - Pato Branco site: www.camarapatobranco.com.br - e-mail: legislativo@camarapatobranco.com.br

CANARA FUNICIPAL DE PATO BRANCO PR



JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa instituir a obrigatoriedade da impressão no sistema brade das contas de fornecimento dos serviços de energia elétrica, água, telefone e internet para pessoas com deficiência visual.

Cada vez mais a sociedade cobra pela acessibilidade de todas as pessoas a todos os serviços que são oferecidos aos cidadãos.

Nada mais justo que as faturas dos serviços de energia elétrica, água, telefone e internet sejam fornecidas em braile, afim de que as pessoas com deficiência visual possam ser tratadas com igualdade e dignidade.

Da mesma forma é justo que os carnês de IPTU e Coleta de Lixo também sejam impressos em braile, para as pessoas com deficiência visual.

Por tratar-se de matéria com grande efeito preventivo, educacional e social, rogamos aos nobres pares para a sua aprovação.

Pato Branco, 8 de janeiro de 2019.

Carlinho Antonio Polazzo – PROS Vereador proponente

Rua Arariboia, 491 - Centro - Fone: (46) 3272-1500 - 85501-262 - Pato Branco - Paraná site: www.camarapatobranco.com.br - e-mail: legislativo@camarapatobranco.com.br





COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Recebi nesta data, na condição de Presidente da COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de Lei nº 17/2019.

Pato Branco, osloz 2019.

Joecir Bernardi - SD

Presidente

RECEBIDO





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Gabinete da Vereadora Marines Boff Gerhardt- PSDB

Excelentíssimo Senhor Vilmar Maccari Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

APROVADO
Data 13 (0.2 /2013
Assinatura
CAMARA MUN CIPAL - PA O BRANCO

REQUERIMENTO Nº 252/2019

Requer seja oficiado a secretaria municipal de administração e finanças para que se manifeste tecnicamente a cerca do projeto de Lei 17/2019.

A vereadora infra-assinada, *Marines Boff Gerhardt - PSDB*, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado a secretaria municipal de administração e finanças, para que se manifeste tecnicamente a cerca do projeto de Lei 17/2019

O pedido justifica-se, devido a necessidade desta vereadora exarar parecer pela comissão de Justiça e redação sobre o referido projeto.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 12 de fevereiro de 2019





Rua Arariboia, 491 - Centro - Fone: (46) 3272-1500 - 85501-262 - Pato Branco site: www.camarapatobranco.com.br - e-mail: legislativo@camarapatobranco.com.br

Paraná





SECRETARIA EXECUTIVA ASSESSORIA DE PROGRAMAS E METAS

PL 12/2019

Ofício nº 142/2019/APM

Pato Branco, 19 de novembro de 2019.

Senhor Presidente,

Informamos aos ilustres vereadores que segue a resposta relativa ao Requerimento nº 252/2019 datado 13 de fevereiro de 2019.

Respeitosamente

CLEVERSON MALAGI

Assessor de Programas e Metas

A Sua Excelência o Senhor
VILMAR MACCARI
Presidente da Câmara Municipal
Pato Branco – PR





Município de Pato Branco

CEP: 85.501-060

Rua Caramuru, 271 - Centro Palo Branco - Paraná

Pato Branco, 19 de Novembro de 2019 Memo - Doc. 0373/2019

Para: Secretaria de Gabinete

De: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Data: 19/11/2019

Referencia: Requerimento 0252/2019 -

PLne 17/2019

Conforme requerimento nº 0252/2019 da vereadora Marines Boff Gerhardt do PSDB, emitido 12/02/2019, recebido por esta Secretaria em 07/11/2019, solicitando manifestação técnica sobre o Projeto de Lei 17/2019.

Esta Secretaria de imediato contatou a Secretaria de Assistência Social que fez diversas pesquisas sobre o assunto, Deficientes Visuais com perda definitiva da visão, na própria Secretaria, Secretaria de Saude e também na UTFPR conforme § 1º do Art. 1º do referido Projeto de Lei, sem resposta positiva acerta do assunto, que nestes casos de deficiência total, por ser bem reduzidos o numero de portadores, as quais geralmente são acompanhadas por seus familiares.

Consultamos também o setor de cadastro o qual nos informou que o numero destes deficientes são mínimos.

Informamos mais que entramos em contato com a empresa dos sistemas que os custos são elevados, tendo a necessidade de contratação de novo modulo para contemplar as modificações, pois atualmente não temos software que atenda tais demandas.

E, também consultamos algumas gráficas, muitas não trabalham com a impressão do sistema Braile, e as que fazem informaram que os custos seriam altos, pois a emissão mínima de carnes o custo se torna maior.

É o que temos para informar, colocando-nos a disposição no que for possível.

Atenciosamente

Maulo José Sbarain Secretario de Administração e Finanças Portana n. 469 de 22/09/2017

Municipy





Ao Departamento Legislativo Câmara Municipal de Pato Branco - Paraná

A Vereadora infra-assinada Marines Boff Gerhardt - PSDB, Relatora pela Comissão de Justiça e Redação, ao projeto de lei nº 17/2019, solicita retorno para <u>Parecer Jurídico</u> referente a matéria proposta para que, posteriormente, esta relatoria possa emitir o Parecer da comissão.

Pato Branco, 21 de novembro de 2019

Marines Boff Gerhardt Vereadora - PSDB









PROCURADORIA JURÍDICA

Recebi nesta data, na condição de **PROCURADOR JURÍDICO**, abaixo assinado, conforme estabelece o § 1º do artigo 133-A do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o **Projeto de**

Pato Branco, 21/15/2019









Projeto de Lei Ordinária nº 17/2019 Autoria: Carlinho Antonio Polazzo (DEM)

PARECER JURÍDICO

O insigne vereador Carlinho Antonio Polazzo (DEM) propôs o projeto de lei em epígrafe numerado, que tem por finalidade instituir a obrigatoriedade da impressão no sistema braile das faturas de fornecimento dos serviços de energia elétrica, água, telefone e internet para atendimento às pessoas com deficiência visual.

Aduz o proponente, em apertada justificativa, que a sociedade cobra pela acessibilidade de todas as pessoas a todos os serviços que são oferecidos aos cidadãos (...) e que por isso nada mais justo que as faturas dos serviços de energia elétrica, água, telefone e internet sejam fornecidas em braile, afim de que as pessoas com deficiência visual possam ser tratadas com igualdade e dignidade.

É o sucinto relatório. Passa-se adiante às razões do parecer.

A propositura do nobre Edil tem, a princípio, como fundamento, a possibilidade de o Município legislar a respeito de assuntos de interesse local, o que, pode-se dizer, é o caso em comento. Assim determina o art. 30, da Constituição Federal:

Art. 30. Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Nesta linha, ensina Alexandre de Moraes que "apesar de difícil conceituação, interesse local refere-se aos interesses que disserem respeito mais diretamente às necessidades imediatas do município, mesmo que acabem gerando reflexos no interesse regional (Estados) ou geral (União)".

E ainda, o mesmo jurista leciona que "as competências legislativas do município caracterizam-se pelo princípio da predominância do interesse local,

¹¹ MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e legislação constitucional.** 8ª Ed. São Paulo, Atlas, 2001. P. 685.









consubstanciando-se em: competência genérica em virtude da predominância do interesse local (CF, art. 30, I)".

A importância do projeto salta aos olhos, haja vista que visa a promoção da acessibilidade aos deficientes visuais, e por isso merece total atenção do Poder Público, até mesmo em respeito aos princípios constitucionais da igualdade e isonomia.

Todavia, tem-se que parte do projeto já está contemplada por legislação estadual. Trata-se da Lei Estadual nº 18.419, de 7 de janeiro de 2015, que Estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná, que prevê expressamente a obrigatoriedade das empresas de energia elétrica, água e esgoto, telefonia fixa e telefonia celular no Estado do Paraná, emitirem as informações básicas no sistema braile em suas faturas. Veja-se:

Art. 197. As empresas de energia elétrica, água e esgoto, telefonia fixa e telefonia celular no Estado do Paraná deverão, no modo que estabelece o presente diploma legal, fornecer nas faturas e documentos de cobrança informações básicas no sistema braile ou em fonte ampliada, sempre que requerido.

Parágrafo Único. A impressão em braile ou em fonte ampliada será, obrigatoriamente, na parte superior do documento.

Desta forma, neste particular, a obrigatoriedade determinada no art. 1º do PL fica prejudicada, motivo pelo qual **recomenda-se emenda supressiva**.

Com relação à intenção do legislador prevista no art. 2º do projeto de lei, o qual prevê a obrigatoriedade da impressão do sistema braile também para a emissão de carnês de IPTU e Taxa de Coleta de Lixo no Município, a relatora da matéria oficiou ao Executivo Municipal para que se manifestasse a respeito.

Às fls. 5-6, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças afirmou que, para a implementação do projeto, no que tange a impressão em braile nos carnês de IPTU e Taxa de Coleta de Lixo, os custos são elevados, tendo a necessidade de contratação ele novo módulo para contemplar as modificações, pois atualmente não temos software que atenda tais demandas.

Ainda informou que, após consulta ao setor de cadastro e à Assistência Social do Município, pode-se afirmar que o número de deficientes visuais no Município é bem reduzido e que estes são, em sua maioria, acompanhados por familiares.









A matéria, sem dúvida, pode ser encarada como tipicamente de gestão pública, de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Acontece que a atenção às pessoas portadoras de deficiência deve ser levada a um patamar sublime, na medida em que se busca a garantia dos direitos das minorias.

Aa Lei Orgânica Municipal estabelece e defende uma política diferenciada aos portadores de deficiência. É a redação do art. 187:

Art. 187. O Município, com apoio do Estado, da União e com a participação da sociedade, seguindo as diretrizes do artigo 217 da Constituição do Estado do Paraná, desenvolverá programas para atender à família, à criança, ao adolescente, ao idoso e ao **deficiente**, buscando seu desenvolvimento integral.

Da mesma forma, em âmbito infraconstitucional, a Lei nº 13.146/2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, estabelece em seus arts. 2º e 8º:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquele que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.









Neste ínterim, o Brasil inseriu a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo como sendo emenda constitucional (por força do art. 5º, §3º, da CF), tendo que o art. 4º, item 1 da referida Convença determina, que "Os Estados Partes se comprometem a assegurar e promover o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, sem qualquer tipo de discriminação por causa de sua deficiência", comprometendo-se a: "a) Adotar todas as medidas legislativas, administrativas e de qualquer outra natureza, necessárias para a realização dos direitos reconhecidos na presente Convenção."

Tais argumentos, destarte, deve ser levado em consideração pelos legisladores e pelo administrador na implementação das políticas públicas.

Logicamente que o direto/poder de veto é de titularidade do Poder Executivo, e este eventualmente pode exercitá-lo quando da sanção do projeto de lei em análise.

Feitas as considerações alhures, sopesando-se princípios e direitos pátrios, exaramos parecer favorável à normal tramitação da matéria, cabendo a análise de mérito a cada vereador quando de sua discussão e votação em Plenário.

É o parecer.

Pato Branco, 10 de agosto de 2020.

Luciano Beltrame Procurador Legislativo José Renato Monteiro do Rosário

Assessor Jurídico









COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Recebi nesta data, na condição de Presidente da COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de Lei nº 17/2019.

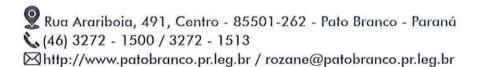
Pato Branco, 12 de agosto de 2020.

Fabricio Preis de Mello - PSD

Presidente

Relator: JOECIR BERNARDI

Data: 13/08/2020













PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 17/2019

TIPO DE MATÉRIA: Projeto de Lei. ORIGEM: Legislativo Municipal.

PROPONENTE: Ver. Carlinho Antonio Polazzo - PROS

RELATOR: Vereador Joecir Bernardi - PSD

SÍNTESE

Através do Projeto de Lei nº 17/2019, o autor propõe o presente Projeto de Lei que dispõe sobre a impressão no sistema braile para atendimento às pessoas com deficiência visual e dá outras providências.

RELATÓRIO

O Vereador proponente protocolou na Secretaria da Câmara Municipal, projeto de lei que dispõe sobre a impressão no sistema braile para atendimento às pessoas com deficiência visual e dá outras providências.

Em sua justificativa aduz a proponente que o projeto de lei em tela visa instituir a obrigatoriedade da impressão no sistema braile das contas de fornecimento dos serviços de energia elétrica, água, telefone e internet para pessoas com deficiência visual. Da mesma forma é justo que os carnês de IPTU e Coleta de Lixo também sejam impressos em braile.

De acordo com o parecer jurídico desta Casa de Leis, parte do presente projeto de lei já está contemplada por legislação estadual, sendo esta, a Lei Estadual nº 18.419, de 7 de janeiro de 2015. Neste sentido, por orientação do referido parecer jurídico é que suprime-se a obrigatoriedade do art. 1º do Projeto de Lei nº 17/2019.

Ademais, conforme manifestação da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a qual afirma que, no que tange a impressão em braile nos carnês de IPTU e Taxa de Coleta de Lixo, os custos são elevados, tendo necessidade de contratação de novo módulo para contemplar as modificações, pois atualmente não possuem software que atenda tais demandas. Ainda informou que de acordo com o cadastro de Assistência Social do Município, pode-se afirmar que o número de deficientes visuais no município é reduzido.

CONSIDERANDO que a proposição está plenamente fundamentada o Relator da Comissão de Justiça e Redação, após análise criteriosa da matéria,

Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná

(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1502

Mhttp://www.patobranco.pr.leg.br / vereadorjoecir@patobranco.pr.leg.br



Mari





concluiu por emitir parecer FAVORÁVEL ao projeto de Lei em tela. E que após seja encaminhado ao setor competente para prosseguimento, apreciação e deliberação em Plenário.

É o Relatório.

CONCLUSÃO

Concluímos por emitir parecer FAVORÁVEL ao projeto de lei nº 17/2019. s.m.j.

Pato Branco, 24 de agosto de 2020.

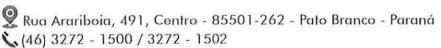
Joecir Bernardi – PSD Membro/Relator

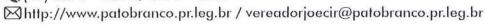
Marines Boff Gerhardt – PSDB Membro

Amilton Maranoski - PL Membro

Rodrigo José Correia – Podemos Membro

abrício Preis de Mello Presidente/Membro











COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Recebi nesta data, na condição de Presidente da COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, ao Projeto de Lei nº 17/2019.

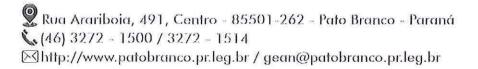
Pato Branco, 31 de agosto de 2020.

Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD

Presidente

Relator: RONALCE MOAGR DALCHI'A VAN

Data: 01/09/2020









GABINETE DO VEREADOR RONALCE MOACIR DALCHIAVAN - PSD

Câmara Municipal de Pato Branco

PROTOCOLO GERAL 2905/2020 Data: 03/09/2020 - Horário: 14:52 Legislativo - PCPP 52/2020

PARECER DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Matéria: Projeto de Lei Ordinária nº 17, de 9 de janeiro de 2019

Autoria: vereador Carlinho Antonio Polazzo - DEM

Súmula: Dispõe sobre a impressão no sistema braile para atendimento às pessoas com

deficiência visual e dá outras providências

Relatório e análise

O projeto de lei em questão, proposto pelo vereador Carlinho Antonio Polazzo, tem como objetivo instituir no Município a obrigatoriedade da impressão no sistema braile das faturas de fornecimento dos serviços de energia elétrica, água, telefone e internet para atendimento às pessoas com deficiência visual.

Em sua justificativa, alega o proponente que cada vez mais a sociedade cobra pela acessibilidade de todas as pessoas a todos os serviços que são oferecidos aos cidadãos, e que (...) nada mais justo que as faturas dos serviços de energia elétrica, água, telefone e internet sejam fornecidas em braile, afim de que as pessoas com deficiência visual possam ser tratadas com igualdade e dignidade.

Após análise do projeto em tela, é possível afirmar que a matéria é com certeza de interesse público, uma vez que promove a inclusão e fortalece os princípios constitucionais da igualdade e da isonomia.

Por isso, no que diz respeito às atribuições desta Comissão, previstas no Regimento Interno desta Casa de Leis, entendemos que o projeto apresenta conteúdo pertinente e de interesse público.

Voto

Sendo assim, diante do exposto e atendendo ao que preceitua ao artigo 64 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pato Branco, concluímos por emitir <u>PARECER</u> <u>FAVORÁVEL</u> à tramitação do projeto.

Pato Branco, 2 de agosto de 2020.

Ronalce Moacir Dalchiavan – PSD

Presidente - Relator

Fabricio Preis de Mello - PSD

Membro

Claudemir Zanco - PL Membro

Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná
 (46) 3272 - 1500 / 3272 - 1526
 ► http://www.patobranco.pr.leg.br / vereadormoacirdalchiavan@patobranco.pr.leg.br





CÂMARA MUNICIPAL DE **PATO BRANCO**



Exmo. Sr.

Moacir Gregolin

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 2925/2020 Data: 04/09/2020 - Horário: 11:09 Legislativo - EM 92/2020

Os vereadores infra-assinados, Joecir Bernardi - PSD, Amilton Maranoski - PL, Fabricio Preis de Mello - PSD, Marines Boff Gerhardt - PSDB e Rodrigo José Correia - Podemos, membros da Comissão de Justiça e Redação, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis, a seguinte EMENDA MODIFICATIVA ao Projeto de Lei nº 17/2019, que dispõe sobre a impressão no sistema braile para atendimento às pessoas com deficiência visual e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 1:



Modifica a redação do Art. 1º do Projeto de Lei nº 17/2019, que passa a vigorar com o seguinte teor:

"Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade da impressão no sistema braile das faturas de impostos, taxas e serviços municipais, para atendimento às pessoas com deficiência visual.

§ 1º Para efeitos desta lei, considera-se deficiência visual a perda ou redução de capacidade visual em ambos os olhos em caráter definitivo, que não possa ser melhorada ou corrigida com o uso de lentes, tratamento clínico ou cirúrgico.

§ 2º Os indivíduos que possuem deficiência visual deverão solicitar o envio de fatura impressa no método braile de leitura."

Nestes termos, pedem deferimento. Pato Branco, 2 de setembro de 2020.

> Joecir Bernardi – PSD Relator

Marines Boff Gerhard - PSDB

Amilton Maranoski - PL Membro

Rodrigo José Correia – Podemos Membro

Fabricio Preis de Mello - PSD Presidente







Exmo. Sr. Moacir Gregolin Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 2843/2020 Data: 01/09/2020 - Horário: 11:51 Legislativo - EM 89/2020

Os vereadores infra-assinados, Joecir Bernardi - PSD, Amilton Maranoski - PL, Fabricio Preis de Mello - PSD, Marines Boff Gerhardt - PSDB e Rodrigo José Correia - PODEMOS, membros da Comissão de Justiça e Redação, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis, a seguinte EMENDA SUPRESSIVA ao Projeto de Lei nº 17/2019, que Dispõe sobre a impressão no sistema braile para atendimento às pessoas com deficiência visual e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA Nº 1:

Suprime o Art. 2º do Projeto de Lei nº 17/2019.

Nestes termos, pedem deferimento. Pato Branco, 2 de setembro de 2020.

> Joecir Bernardi - PSD Relator

Marines Boff Gerhardt - PSDB

Membro

Amilton Maranoski - PL

Membro

Rodrigo José Correia - Podemos

Membro

Fabricio Preis de Mello - PSD

Presidente







Exmo. Sr. Moacir Gregolin Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco



Os vereadores infra-assinados, Joecir Bernardi - PSD, Amilton Maranoski - PL, Fabricio Preis de Mello - PSD, Marines Boff Gerhardt - PSDB e Rodrigo José Correia - PODEMOS, membros da Comissão de Justiça e Redação, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis, a seguinte EMENDA SUPRESSIVA ao Projeto de Lei nº 17/2019, que Dispõe sobre a impressão no sistema braile para atendimento às pessoas com deficiência visual e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA Nº 2:



Suprime o Art. 3º do Projeto de Lei nº 17/2019.

Nestes termos, pedem deferimento. Pato Branco, 2 de setembro de 2020.

> Joecir Bernardi - PSD Relator

Membro

Amilton Maranoski - PL Membro

Rodrigo José Correia - Podemos

Membro

Presidente







Exmo. Sr.

Moacir Gregolin

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco



Os vereadores infra-assinados, Joecir Bernardi - PSD, Amilton Maranoski - PL, Fabricio Preis de Mello - PSD, Marines Boff Gerhardt - PSDB e Rodrigo José Correia - PODEMOS, membros da Comissão de Justiça e Redação, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis, a seguinte EMENDA ADITIVA ao Projeto de Lei nº 17/2019, que Dispõe sobre a impressão no sistema braile para atendimento às pessoas com deficiência visual e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA Nº 1:



Adiciona art. 2º ao projeto de lei nº 17/2019, com o seguinte teor:

"Art. 2º As despesas para a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário".

Nestes termos, pedem deferimento. Pato Branco, 2 de setembro de 2020.

> Joecir Bernardi – PSD Relator

Marines Boff Gerhardt – PSDB

Membro

Amilton Maranoski - PL

Membro

Rodrigo José Correia – Podemos

Membro

abricio Preis de Mello -

Presidente





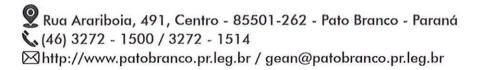


COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Recebi nesta data, na condição de Presidente da COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de Lei nº 17/2019.

Pato Branco, 03 de setembro de 2020.

Carlinho Antonio Polazzo - DEM
Presidente









PROTOCOLO GERAL 2968/2020 Data: 09/09/2020 - Horário: 16:31 Legislativo - PCOF 148/2020

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 17/2019.

O Vereador Carlinho Antonio Polazzo - DEM, propôs o Projeto de Lei nº 17/2019, que tem por objetivo dispor sobre a impressão no sistema braile para atendimento às pessoas com deficiência visual e dá outras providências.

Em síntese, justifica o autor, que a proposição visa instituir a obrigatoriedade da impressão no sistema braile das contas de fornecimento dos serviços de energia elétrica, água, telefone e internet para pessoas com deficiência visual. Cada vez mais a sociedade cobra pela acessibilidade de todas as pessoas a todos os serviços que são oferecidos aos cidadãos. Nada mais justo que as faturas dos serviços de energia elétrica, água, telefone e internet sejam fornecidas em braile, afim de que as pessoas com deficiência visual possam ser tratadas com igualdade e dignidade. Da mesma forma é justo que os carnês de IPTU e Coleta de Lixo também sejam impressos em braile, para as pessoas com deficiência visual.

A importância do projeto salta aos olhos, haja vista que visa a promoção da acessibilidade aos deficientes visuais, e por isso merece total atenção do Poder Público, até mesmo em respeito aos princípios constitucionais da igualdade e isonomia.

O Brasil inseriu a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo como sendo emenda constitucional (por força do art. 5°, §3°, da CF), tendo que o art. 4°, item 1 da referida Convenção determina, que "Os Estados Partes se comprometem a assegurar e promover o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência sem qualquer tipo de discriminação por causa de sua deficiência'; comprometendo-se a: "a) Adotar todas as medidas legislativas/administrativas e de qualquer outra natureza necessárias para a realização dos direitos reconhecidos na presente Convenção."

A proposição está plenamente fundamentada e sendo de interesse público, após a análise optamos por exarar <u>PARECER FAVORÁVEL</u>, à sua tramitação e aprovação por esta Casa de Leis.

É o nosso parecer, SMJ. Pato Branco, 09 de setembro de 2020.

Carlinho Antohio Polazzo (DEM)
Presidente

José Gilson Feitosa da Silva (PT) Membro

Vilmar Maccari (PODEMOS) Membro - Relator

Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná (46) 3272 - 1500 / 3272 - 1540 http://www.patobranco.pr.leg.br / vereadormaccari@patobranco.pr.lea.br



Em primeira votação, aprovado projeto para emissão, em braile, das faturas de impostos, taxas e serviços municipais



Também foi aprovado, em primeira votação, o projeto do mês enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher

ssoria

segunda-feira lesta (14), o Legislativo aprovou, em primeira votação, o pro-Jeto que institui a obrigatoriedade da impressão, em braile, das faturas de impostos, taxas e serviços municipais. Também foi aprovado, em primeira votação, o projeto para a celebra-ção do Agosto Lilás, dedicado ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. Em segunda votação, foi aprovado o projeto que institui o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos e a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com crianças; o projeto que dispõe sobre a colocação de placas indicativas de proibição de barulho e sons excessivos em determinados locais; o projeto que cria o grama Educando para o

Futuro"; e o projeto de crédito especial para o Executivo, no valor de R\$ 650 mil.

Foi aprovado, em primeira votação, o Projeto de Lei nº 17, de 2019, juntamente, com as Emendas n° 89, n° 91, n° 92 e n° 93. Com isso, pela redação final do Projeto, ficou instituída a obrigatoriedade da impressão em braile, das faturas de impostos, taxas e serviços municipais, para aten-dimento às pessoas com deficiência visual, que devem solicitar o envio de fatura impressa no método braile de leitura.

Pelo Projeto de Lei nº 34, de 2020, foi aprovado, em primeira votação, a celebração do Agosto Lilás, dedicado ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. Pelo Projeto, o Poder Executivo, por meio das secretarias. deverá realizará campanhas, palestras, seminários, elaboração e distribuição de materiais e demais atividades que tenham como objetivo orientar a populacão e conscientizar, sobre a importância de combater a violência doméstica em nosso município.

Segunda votação

Aprovado em segun-da votação, o Projeto de Lei nº 9, de 2019, instituindo o Programa Municipal de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos e a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domés-ticos com crianças, a ser realizada na primeira semana de maio. Pelo Programa, devem ser trabalhadas ações de cuidados e orientação com as crianças no ambiente doméstico, com relação a medicamentos, equipamen-tos elétricos, ferramentas, piscinas, entre outros,

Pelo Projeto de Lei nº 263, de 2019, aprovado em segunda votação, fica obrigatória a colocação de placas, nas proximidades dos hospitais, maternidades, asilos de idosos, escolas, bibliotecas públicas, postos de saúde ou similares, as quais deverão indicar a proibição de execução de barulho, ruídos e sons excessivos. De acordo com o projeto, a placa deverá conter os seguintes dizeres: "É proibida a execução de ruídos e sons excessivos neste local, conforme a Lei Municipal nº 3.422/2010 - Programa do Silêncio Urbano (PSIU)". As placas deverão ser afixadas em locais de fácil visualização e deverão mencionar o número de telefone e endereço para denúncias, bem como, o valor das multas e demais penalidades em caso de descumprimento.

Da Redação ADI-PR Curitiba

jornalismo@adipr.com.br

Colégios cívico-militares

O governador Ratinho Junior enviou à Assembleia Legislativa projeto de lei que autoriza e regulamenta o funcionamento de até 200 colégios cívico-militares no Paraná. A proposta "dará a disciplina legal necessária à segurança jurídica do modelo de gestão cívico-militar, evitando confusões e excessos e garantindo que esse tipo de experiência cumpra adequadamente os objetivos a que se propõe, diz a justificativa.

Já temos no Paraná um nivel de excelência no quadro de servidores da educação, e os colégios cívico-militares serão uma opção a mais aos país. Isso virá para se somar ao grande trabalho feito aos alunos nas 2,1 mil escolas estaduais, sob comando do secretário Renato Feder. Todos estão trabalhando com afinco para levar o Estado ao primeiro lugar nacional do Ideb e a Assembleia dará total apoio a esse projeto", afirmou o deputado Hussein Bakri (PSD), líder do Governo no legislativo e presidente da Comissão de Educação.

Tiago em Londrina

O PSB lançou o deputado Tiago Amaral como can-didato a prefeito de Londrina. A convenção transmitida pela internet não definiu ainda quem será o candidato a vice-prefeito na chapa. Estamos tentando desenvolver ainda um sistema que nos conecte de forma mais direta com o cidadão", disse Tiago Amaral sobre a campanha.

O PSL lançou o deputado delegado Francischi-ni como candidato à prefeitura de Curitiba. "É preciso olhar para a frente e superar essa velha política, que tenta comprar votos com ilusões, pladinhas de mau gosto, risadinhas que escondem um coração de pedras para os mais pobres".

Total apoio

O deputado Pedro Lupion (DEM) vai apoiar a reeleição do prefeito Neto Haggi (MDB) em Cambará e para vice João Luiz Del Col (MDB). 'Venho demonstrar meu total apoio para essa dupla. Pessoas de respeito e que tem vários projetos para continuar as melhorias de Cambará.

Voos diários

A Azul voltou a operar em Cascavel com voos diários para Viracopos/Campinas. Os voos de segunda à sexta e conectarão os paranaenses a toda a malha nacional e internacional da Azul. Puxando a retomada gradual e segura do serviço aéreo no país, a companhia deve ofertar 407 voos por dia para 88 destinos no Brasil e no exterior a partir do próximo mês.

Em assembleia, a APP-Sindicato fechou a questão. Os professores da rede estadual só voltam às aulas presenciais em 2021.

Retomando

Menos de uma semana após paralisar os testes devido a efeitos adversos graves em uma voluntária, Oxford e a farmacêutica AstraZeneca decidiram retomar os estudos da vacina contra a Covid-19. A empresa informou que um comitê independente concluiu suas investigações e recomendou o seguimento da pesquisa. A Anvisa aprovou o reinício dos ensaios clínicos a partir desta semana.

A semana pode ser determinante para o senador Flávio Bolsonaro (Republicanos). Hoje, o STJ deve julgar o pedido para interromper as investigações do MP que apuram as rachadinhas em seu gabinete na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. O caso será levado à sessão pelo ministro Felix Fischer, relator das ações apresentadas pela defesa do senador. Fischer já negou o pedido em outras duas ocasiões.

Coluna publicada simultaneamente em 22 jornais e portais associados. Saiba mais em www.adipr.com.br

Delator diz que Maggi inaugurou 'nova sistemática' de mensalão em MT

Estadão Conteúdo

Em delação premiada, o ex-presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, José Geraldo Riva, réu em ações criminais e por improbidade, revelou suposto pagamento de mesadas a 38 deputados com valores que totalizam R\$ 175 milhões. Segundo o político, o esquema se estendeu por mais de duas décadas, desde 1995, e ganhou 'nova sistemática' na gestão Blairo Maggi (PP/2003-2010), que posteriormente ocupou o cargo de ministro da Agricultura no governo Michel Temer.

De acordo com o delator, em 2003, quando assumiu o Executivo de Mato Grosso, o ex-governador decidiu que a propina deve-ria ser empenhada como su-

plementação orçamentária da Assembleia Legislativa e paga também a deputados de oposição. Até então, os acertos estariam a cargo do Executivo, por meio da liderança da bancada, e beneficiavam apenas parlamenta-res que compunham a base de apoio do governo.

Esses repasses passam a ser feitos pela Assembleia, esses pagamentos de propina, em um acordo firmado pelo governador Blairo Maggi", revelou Riva em declaração gravada.

A articulação para ga rantir a continuidade do 'mensalinho' teria ficado a cargo do ex-deputado Renê Barbour, que faleceu em 2007, e na época atuava como líder do governo na Casa Legislativa. De acordo com Riva, a participação de Barbour foi 'imprescindível' para a manutenção dos pa-

O deputado Renê Barbour afirmava para o gover-nador Blairo Maggi que era praticamente impossível liderar uma bancada para conseguir uma maioria sem o pagamento dessas vantagens, que eram pagas anteriormente pelo governo e que o governador Blairo Maggi resistia em não que-rer pagar", afirmou Riva. "Aí, foi quando encontramos a forma, por sugestão do governador Blairo Maggi, de repassar esses valores para a Assembleia e a Assembleia fazer esse repasse por lá".

Em sua nova versão, o suposto esquema de paga-mento de propinas aos de-

putados passou a ser feito mediante notas fiscais falsas ou superfaturadas emitidas por empresas que devolviam parte da receita recebida. Pelo menos 71 estabelecimentos, alguns comandados por políticos através de 'laranjas', teriam participado da operação.

Naturalmente para fazer esses repasses, a Assembleia teria que recorrer a algum tipo de desvio, através da emissão de notas de empresas de prestação de serviço simulado", explicou. O superfaturamento, todavia, não se verificava no preço do material, mas, no montante. "A quantidade da nota geralmente era muito superior ao valor fornecido e algumas empresas sequer forneciam material".





PROJETO DE LEI Nº 17/2019

Dispõe sobre a impressão no sistema braile para atendimento às pessoas com deficiência visual e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade da impressão no sistema braile das faturas de impostos, taxas e serviços municipais, para atendimento às pessoas com deficiência visual.

§ 1º Para efeitos desta lei, considera-se deficiência visual a perda ou redução de capacidade visual em ambos os olhos em caráter definitivo, que não possa ser melhorada ou corrigida com o uso de lentes, tratamento clínico ou cirúrgico.

§ 2º Os indivíduos que possuem deficiência visual deverão solicitar o envio de fatura impressa no método braile de leitura.

Art. 2º As despesas para a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Carlinho Antonio Polazzo - DEM.





Total

Total

PUBLICAÇÕES LEGAIS



1,005,000,001

MUNICIPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANA
LIDA SARI, DE ADE SETEMBRO DE ANA
LIDA SARI, DE ADE SETEMBRO DE ANA
LIDA SARI, DE ADE SETEMBRO DE ANA
LIDA SARI, DE ADE SE ADE SARIA SE CANCARA MANCAD A LIBRO DE ADES
LIBROS DE ADES DE ADES DE ADES DE ADES DE ADES DE ADES DE ADES
LIBROS DE ADES DE AD

Art. P. Auturdo o Executivo Municipal a crist ejeto no (e. n° 5.380/2017 e allumpiosi cristo GLO Res de Divertigo di Camerattichia) de servicio de 2020 conformati segue. Visitor REJ Visitor REJ Visitor de la Visitor de Camerattichia de rede de Euromação pública (100.300 d). Visitor ejeto e implicações de rede de Euromação pública (100.300 d).

Trenga Trenga Elemas Serviços Utámos e Geoprocessamento Vanutro, ha e emplação da rade da Ruminoção publica Outros Serviços de Terceiros – Presidas Air dica 25.752 25.752.0019 2.023 13.90.39 - 507

Art. 4" On recursos a serem utilizados para fazar foce às despesas com a abertura do

Código	Especificação	Valor R1
Ç6	SECRETARIA MUNICIPAL DE ENGENHARIA, DERAS E SERVIÇOS PUBLICOS	
06.03	DEPARTAMENTO DE ILUMINAÇÃO PUBLICA	
25	Energia	
25.752	Energia Detrica	
25.752.0019	Serviços Urbanos e Geoprocessamento	
2.023	Manufanção e ampliação da rede de Burrunação publica	- Noncompany of
1 1 93 33 + 507 (13566)	Material de Consumo	-1,003,003,00
Total		-1,000,000,00

Art. P. Esta Lei extra est alguna data de sua publica Gabriello de Piellello, 21 de setembro de 2020 ARKOSTIV-O DOCOM Prefeito

MARKERPO DE PATO ERRANCO - ESTADO DO PARAMA ECRETIO Nº 3713, DE 14 CE SETEMBRO DE 2001 DE CRETTO Nº 3713, DE 14 CE SETEMBRO DE 2001 Valor de 15 10 0000 000 Dún medido de resido DE Fielda de Figus formos. Estado do Fizzina, no uno des arbitoylos que fre 160 de 17 miles DAIII, da Les Organios Minicipal, e con tiber na 14 Le Fi 3373, de 31 de

DECRETA
At 1º For alterato o Proyuma da Lai nº 1611-2611 e alteración poster
Colonia 2011-2611 conforma segue

Programa	Especificação	Valor R1
Programa 6019 6019	Serviços Urbanos e Geogrocessamenta	1.000.000.00
0013	Serviços Urbanos e Geoproces samento	-1.001.001.00

Art. 2º Fua cruda ação de Lo nº 5.385/2019 e atucações posteror Discreses Organizativas do Exercicio de 2020, conforme seguir

Especificação Vido RS |
Manuterição e ampliação da rede de Buminição publica 1,000,000,00 |
Manuterição e ampliação da rede de Buminição publica -1,000,000,00

Art. 1º Fica abeto no Osumeno Cerd do Municipo de Pato Branco, Estado do Parent Credos Especial por Avalição de Piscanse de Forte de Riccans hive no valor de RS 1,000,000.00 jum enhão de viscal por destadiçação función progressidas abetos.

Codigo 66	Especificação	Vidor RS
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ENCENHARIA, CERAS E SERVIÇOS PUBLICOS	
04 03 25 25,752	DEPARTAMENTO DE ILLAMNACAO PUBLICA	
25	Erengia	
25.752	Energia Elettrica	
25.752.0019	Serviços Urbanos e Geoprocessamento	
2.03	Uninatorição e ampliação da rede de Burnicação publica.	
3.19239-507	Outris Serviços de Terceros - Pessos Jurídica	1.000,000.00
Tetal		1,000,000,00

AM, P. On Hillando, a some utilizados para fazar fazar dos despesas com a abertura do occimida por certa dos ecucarios de Arcitação taná de detigão expanentaria constante do economica conferent despesas de la conse

Código Os	Especificação	Valor R\$
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE ENCENHARIA, CORAS E SERVIÇOS PUBLICOS	
05.01	DEPARTAMENTO DE ILUMINACAO PUBLICA	
25	Energia	
25,752	Energia Districa	
25.752.0019	Serviços Urbanos e Geoprocessamento	
5.031	Manutenção e ampliação da rode de fluminação publica	
£3.90.30 = 507 (13666)	Minimal de Corsumo	-1.900.000 00

Art. If Este Dictrica entra em vigor na dela de sua publicação. Gabinete do Prafeiro, 24 de solembro de 2020.

AUGUSTIN-10 AUCO-1 Prefets

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ LEI M° 5356, DE 25 DE SETEMBRO DE 2010 Institui o Fundo Município do Trobulho do Município de Pato

-1.000.000.00

Victar o Furda Municipil do Trabalho do Municipia de Pato Branca e da cultas providencias. ra Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeita

Blazza de l'accident production de l'accident de

and, to a stabilità, emprojo è renda, tais como instruto e stabilità de a periocyblo de togran decemprego, como de del como coloriario e la trabilità del a periocyblo de togran propertie motica em ad de dola coloriario e la trabilità deserva desemprojados em substruto informazado accessival ao conjunto das unidades de Sistema Nacional de Emprogo -SNE.

acestiva as corpura os unicacios co sistina kinocira de Employa-bilidad a fundacida práticional por miso de procesas con instalações palacies dos privados, primares a enclupia e a qualificação práticional, prestar assistancia a tradendarses inspitados de sucuplo analoga a de costano. Emissido emprendidariamo, garação de labora, empreso a randa, o assessionalmento facincia do trabalho abdomeno abdomenoriale que assessionalmento facincia de trabalho abdomeno abdomenoriale.

assecución esta la termina de Patrama autoriamina de Agos e assecución a samen establecicas en Plana Municipal de Agos e Servicios.

To como espera e como e controllar e socias, oportunació a empresidad man a credito per a geneda de intalha, emprejo e renda, e o invasidad producto cientada, assessar aventa floras a a trabalha a Minora, adoptanha in ou associas, programas e pristra esperados na are do trabalha, por entidada convenidada, publicas ou privatas, produmine aprovadas pela Conselho Munkigol do publicas ou privatas, produmine aprovadas pela Conselho Munkigol do publicas ou privatas.

Trabalho, Empraga e Randa - CCAFEER, despesas com e funcioramenso do Conseño Municipal do Trabalho. Emprego e Renda - CCAFEER, escata sa de pessado, despesas com e dediziamiento. Espesado, está elimiento, há dis Conseñheiros para a d'exercició de suas funções, solven como pora sa comizados de tribulho e para a de exercició de suas funções, solven como pora sa comizados de tribulho de para a de exercición. Ferciais COVIETS executa as depassad,

19 despessa com o e destauramenta, hospedagen e alimentação dos Consalheiros
para de derecicio de suas funções, abusin como para as comandes do tribalho e
configiencia untima ipromente e de consuma e de actual resumados exertados
nocesadores ao decembráneiro dos programas e projetos.

10 reforma ambigada aprojeto dos obaçãos de movivis para protectos dos acesadores dos desembráneiros dos programas e projetos.

10 reforma ambigada aprojeto dos obaçãos de movivis para protecto dos survivos
recesadores ao desembráneiros dos programas e projetos.

10 reforma ambigada aprojeto dos aprojetos especiales dos carações
recesadores de convolo de na opicios receptos en inimito de Pastas, planejamento,
acembrando e convolo de na opicios receptos en inimito de Pastas, planejamento,
programa de convolo de pasta da casa comunido de Funda Municipal do Instalho gramante acembrando de vidado de pasta especiales dos Pastas de Municipal dos Fundas
Ant. 4º O Funda Municipal dos Francistos de pasta especiales dos Pastas de Municipal dos Fundas
Los destas especiales de pasta especiales dos Pastas de Municipal do Tresulho caracter a função do ordenador do despeia.

10 procedimento comistios, nos termos de laquidada primeira função do de seculos dos procedimentos comistios, encontrador do despeia.

10 pastas especiales cominantes e cumos informentos conjetemas de naturales
10 pastas especiales cominantes e cumo informentos conjetemas de naturales
10 pastas especiales cominantes e cumo informentos conjetemas de naturales
10 pastas especiales cominantes de compositos. Empreso e Renda - COMILER entrador de gestado cominantes de procedimentos comistos, entrador de compositos cominantes de procedimentos comistos, entrador de compositos cominantes de comistos de procedimentos comistos, entrador de comistos de procedimentos comistos, entradores de comistos de procedimentos comistos de comistos de comistos de procedimentos comistos de comistos de comistos de comistos de comistos de comistos de comistos

AC 5" Orsion - Service de la Service de la Service de la Action de Service de la Service del Service de la Service del Service de la Service de la Service del Service del Service de la Service de la Service del Service

MANACIPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARAMA
LITURASIS, DE 18 DE SETEMBRO DE 1939
Ou o 6 FAZO Minicipi de Deservalvimento Económico L'ANCE e de duras providencia
mara Municipial de Parto Erronco, Estado de Parent, aprovos e ex., Prefeta,
Les

A Carara Municipal de Parts Branca, Estada de Parest, aprovou e eu. Prafeta, sanciorra a seguinte Lei.

Act. Pi es emissão e Funda Municipal de Deserválmenta Económico - HACE. Com o digeno de genaria condições fundamenta para e a restamenta e gratia dos barracios industriais e demás antidades atrementa o de executamenta de Económico de Paresta de Parest

associados 3 gestas do desenvolvemento económico, bem como pala desenvolvemento de projetas específicas de sua elempignos, combagidos. Esenvolvemento de montraes, substruptinos, esentidos de desenvolvemento de substruptinos de como de stabulo, esentimento e jurias pravamentos de aglacações efertuarios. P. Os concarvos de VIIIVAD podro dos sos especiados para as seguentos feraldados. Esencetos das dereitares de como esta de VIIII de estados e Programas feraldados. Esencetos das dereitares de Programas de Desenvolvemento (Condincio de Manuejos francesemento de Programas para fastácicas e/os amplar a caisas indicarral do como de Seguentos de Condincio de Manuejos francesemento de Programas para fastácicas e/os amplar a caisas indicarral do como de Seguentos de Condincio de Manuejos.

de 2014, que mentu a Programa de Determinamenta Econômico de Municipio.

R. Francominami de Programa para Estadesi del ampliant a cladia indicardi de la especiale de Programa para Estadesi del applicabilità del como de companione de Teoromico de Para Estado de Programa de Desimalmente de Econômico de Para Estado para Federal de Septimbro de Programa de Desimalmento de Econômico de Para Septimbro de Para S

Art. P'A gottha de PLADE será supervisionada por seu Comerce Dimiter, compota de seguine forma

en impresentante da Secretara Municipal de Desenvishorena Económico - que o preside,
il un impresentante de Secretara Municipal de Desenvishorena Económico - que o preside.

El un impresentante de Secretara Municipal de Desenvishorena Económico -
presidente de Pour Será de del Municipal de Desenvishorena Económico -
Presidente Municipal de Comerce Municipal de Desenvishorena Económico -

Esculdos Municipal de Comerce Desenvis de FLADE -

Esculdos en comisió de recenzas para a grecia de FLADE -

Esculdos en comisió de recenzas para a grecia de FLADE -

Esculdos en comisió de recenzas para a grecia de FLADE -

Esculdos en comisió de recenzas para a grecia de FLADE -

Esculdos en comisió de recenzas para a grecia de FLADE -

Esculdos en comisión de recenzas para a grecia de FLADE -

Esculdos en comisión de recenzas para a grecia de Contacto de Ladernatario -

Esculdos en comisión de recenza para a grecia de la Considerado -

Esculdos en comisión de recenza de FLADE -

Esculdos en comisión de recenza de la Considerado -

Esculdos en Considerado -

Escu

rusult.

jutamenta con o lieni priurio, a cada ano evidencia a studio dos riciores de l'accione de permienta de programa de Dissentiverenta Economica dispropriata de participa e romeia elabelecidas na logidação portivene — Los el 5.115, de las demonstracións e e militar de la companione del com

2015

2 de la companya de la constitución production production a vinegrir a contabilidade y sa dimensionade e es relativos productions production a vinegrir a contabilidade prográfia vinea de O Comantina Directa insuriancia a reformamente a cada s'invente e vineta quando composito por qualquar de sous anombros.

ALT Production de relación de PLANCE sous bornes e de electron reventado ao por intensa do ALT. Production de relación de PLANCE sous bornes e de electron reventado ao por intensa de constitución de la cons

Art. B* O Puda Escot vong America a esa Lei, por Docina no que ha reco praza de sel 90 (noverta) dos da sua publicação legal.

les da execução dema Lei como lo por corta de dotações M. 5º As disspensi decurrente di Erestivan desentario del Millo Periodi del Pe

MUNICIPIO CE PATO BRANCO - ESTADO DO PARIMA
LID Y SARI, CE 310E SETEMBRO DE 2019

A Cemara Municipal de Pato Branco, Estado do Parena, aprovou e su, Profeta,
la asoguneta les demaninas de La Estado de Parena, aprovou e su, Profeta,
la asoguneta les demaninas de La Estado Parena Estado, a via asoficia localizada no mo Recidencial Parpa des Asuderas Barro Cadorin, na Municipal de Pato Branco, Parana
Art. P Esta Le entre en vego estado de seus publicaçãos
Esta Le é de autors do Viesador Viena Musica,
Gabriede do Profeta 31 de ventror de 2010

Gabriede do Profeta 31 de ventror de 2010

ALOVISTINO O ZUCCH

Redisso.

MUNICIPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ.

LINY SIASA, DE 2100 ESETIMBRO DO 2009

Decomina via politica de Peudo Branco. Estado do Parana, apreciso e eu, Predida, sanciono a seguinte Leita.

An Artico de Peudo Branco. Estado do Parana, apreciso e eu, Predida, sanciono a seguinte Leita.

Residencial Fuelo de Secundos Bairro Cadeno no Municipio de Peudo Branco. Planeo.

Residencial Fuelo de Secundos Bairro Cadeno no Municipio de Peudo Branco. Planeo.

Esta Los de Autria do Virtedo Vilmo Maccari.

Galdinero do Predido 21 de sectiono de Octobri.

AMUNICIPIO DE COLOR.

Residencia.

MUNICIPIO CE PATO ER ANCO - ESTADO DO PARANÁ
LEI W 3.58. DE 25 DE SETEMBRO DO 2020
Dopor cator a implimidar do solema brala para
alandomena sa posicios som deficiencia visual e di
com providencia.

A Canara Municipal de Pata Branca, Estado do Parani, aprocou e ex. Profesto, sanciono a segunda Lei.

In instituto a desprisa de la imputata a desprisavadad de impunsata no sesson a trais de la fataria de impuntas trais en estados ministra para alembrancia la para sendimento la S. 1º Para stafasi desti sis, considerarse dictionis vivual sa partir so reducio de capacidade vivual en instituca destina en cartirá demando que não para la medica cartiração em estados de la S. 2º Os reducios que possume dictional vivual describa sistema e envia de fatura Proposa no monta Destina de la Sentima de Canara de

ALGUSTINHO AUCOH

M.NICIPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ LEINº 3.500, DE 23 DE SETEMBRO DE 2029

SETEMBRO DE 2029
Estableso, no âmbito do municipio de Palu Branco, a garánia de vogas para depondenses de municipio a fundamente vistamos de visidante dominica e fundam em instituição parameter à a rade municipal de ensona más proteira de seu dumicifio a como de partir de seu profeso, estado do Parland, aprovou e eu. Prefeito,

A Canara Municipal de Pata Branco, Listado do Parasi, Branco e a Prefeto, secciono a seguinte Lei.

A Canara Municipal de Pata Branco, Listado do Parasi, Branco e a Prefeto, associono a seguinte Lei.

A L' Fica entideficida no lanctio do mancopo de Pata Parasi, garran de vugos para diprorderas de majores virinas de electros de mantere en esta devicido.

Pargola creca de sugos de de Estado de Canara o casal desta despois de parasidad de porto de casa de porto de la virgin de de Estado o Canara de Canar

Program vine.

disponibilization animalian dei transferència nos Certos Municipals or susuavana de production de la composita mediana. Belaim de resus Escales Aureigade.

enus Escales Aureigade.

Commissa especial escales de valoris de valoris de resumentamente de accompositamentes de la compositamente de la compositamente

Esta Lei é de autoria do Versacos Claudenir Zánco. Cabinete do Prefeito, 21 de setembro de 2020. AUGUSTIV-10 ZUCO-1

MARCIPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARRANA
LITIM SIRIN, DE 21 DE SETEMBRO DE 2009
Autoras a encação do Propeto Estado Segural nos
Autoras a encação do Propeto Estado Segural nos
sancionos a seguidas Lei.
sancionos a seguidas Lei.
sancionos a seguidas Lei.
sancionos de discutares do metado rea enfectado do Propeto Escado Segural, coa timo como objetivo a Francisco de discutares do metado rea enfectado de como de parte Darcio.
A COSA I municipal de todos as a postos de como de parte porteos de como del parte porteos de como del parte porteo de como del parte porteo de propios de como del parte porteo de propios de como del parte porteo de propios de propios de propios de propios de propios de parte porteo de propios d

egipamento.

Persysto unco. A Secretario de Educação e Cultura será responsá el pilo documente encontrapremo de projeto.

ACLEO Poder Estocino regilamentará a presente (vi no pristo de Copeccanto) dissi

AC, E O Both Existing registerated a present on or product observed upon a publicação, productor seus efecta 300 distantes a sous publicação productor seus efecta 300 distantes a sous posturentes a sous posturentes de subjecto de su productor de formación de subjector de Profesio. 23 de solución de 2020 distantes de

MEMOCIPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ LETIN SATIZ DE 21 DE SETEMBRO DE 2020 Institut o más Agosto Likis no Municipio de P deficació ao ambramenta 8 videncia domisión

Install, o misk Agetts Life nor Municipa de Plazo Branca.

A Chimera Municipal de Pulla certa a multir e da cultira providencia.

A Chimera Municipal de Pulla Chimera, Licado de Paranda, paronica e su, Prefeta, sanctiona a saquiéra (e.d.)

As 1.º Fica installada no limito ao Municipa de Pulla Richina. Paranda di maria (e.d.)

Life. 1.º Fica installada no limito ao Municipa de Pira Richina. Paranda di maria del Chimera de Municipal de Pulla de Pulla

Porana. Art. 5º Esta Lei critar em vigor na dina de sua publicacità. E va Lei e de autoria dos versadores Radigo José Comeia e Ponsible Maior Datahie. Gaziniste do Prefeta. 21 de setembro de 2020. AUSUSTOVIO ZUCCH. Prefeta.

Actimars Municipal de Pals Retros (1997) per la composition de la Complementar et 1, de 17 de decembra de 1998 que engle subre o serioris A. Climars Municipal de Pals Retros. Estado de Pareila, aproviou e eu, Prefeix, F.C. 19 Activa en antecha de soit 339 de 1e Complementar et 1, de 17 de decembra de mais a vigor com a viagaris medical.

Activa filos en antecha de soit 339 de 1e Complementar et 1, de 17 de decembra de mais a vigor com a viagaris medical.

Les retros de la complementar et 1, de 17 de decembra de mais a vigor com a viagaris medical.

Les retros de la complementar de la complementar et 1, de 17 de decembra de mais a viagaris de la complementa de la complementar de la complementar

Municipio EE PAO BRANCO ESTADO DO PARANA
DECRETO M 8770, DE 15 DE SETEMBRO DE 2003
CONTROL DE 15 DE SETEMBRO DE 2003
CONTROL D

Art. 1º O Prosso V do art. 1º do Decurso nº 8 303, de 4 de maio de 2018, pessa a vigorar com a seguino

'At 1' 1

V. SECRETARIA DE ASSISTEVIJA SOCIAL

A Lela Mara Nava - Grago Mathurcoral Austrame em Gestio, Funçio
Australia Americania

B. José Marada Macel - Cargo Mathurcoral Agunta de Agon - Funçio Agunta
Social en Libero - Cargo Mathurcoral Agunta de Agon - Funçio Agunta de
Escriptor Gestion - Cargo Mathurcoral Agunta de Agon - Funçio Aguntar de
La Cargo Gestion - Cargo Mathurcoral Agunta de Agon - Funçio Aguntar de
La Cargo Gestion - Cargo Mathurcoral Agunta de Agon - Funçio Acustar de
La Cargo Gestion - Cargo Mathurcoral Agunta de Agon - Funçio La Cargo Mathurcoral Agunta de Agon - Funçio Funçios - Cargo Mathurcoral Agunta de Agon - Funçio Funçios - Cargo Mathurcoral Agunta de Agon - Funçios Funçios - Cargo Mathurcoral Agunta de Agon - Funçios Funçios - Cargo Mathurcoral Agunta de Agon - Funçios Funçios - Cargo Mathurcoral Agunta de Agon - Funçios Funçios - Cargo Mathurcoral Agunta de Agon - Funçios Funçios - Cargo Mathurcoral Agunta de Agon - Funçios Funçios - Cargo Mathurcoral Agunta de Agon - Funçios Funçios - Cargo Mathurcoral Agunta de Agonta de Agon - Funçios Funçios - Cargo Mathurcoral Agunta de Agonta de Agonta de Agon - Funçios - Cargo - Funçios - Cargo Mathurcoral Agunta de Agonta de Agonta - Cargo - Funçios - Cargo Mathurcoral Agunta de Agonta de Agonta - Cargo - Funçios - Cargo Mathurcoral Agunta de Agonta de Agonta - Cargo - Funçios - Cargo Mathurcoral Agunta de Agonta - Cargo - Funçios - Cargo - Funçios - Cargo - Funçios - Cargo - Cargo - Funçios - Cargo - Funçios - Cargo - Funçios - Funçios - Cargo - Funçios - Funçios - Cargo - Funçios - Funçios - Funçios - Cargo - Funçios - F

DECRETO REPUBLICADO POR ERRO MATERIAL

PREFEITURA HUNICIPAL DE BON SUCESSO DO SUL - PR <u>ERRATA</u> REF, AO AVISO DO PREGIO ELETRÔNICO 45/2020

Tendo em vista emo de digitação na descrição do objeto da libração do pregão electórico 48,70320, publicad na sita do município no da 24,007/2020, na Dúne Official dos Municípios do Parand etição nº2104 no di 12,009/2020, emo dúno do Sudores espída nº 7/971 no da 25 de 29,71/2020 emblo.

60% Sucesso do S.A. 75 de smembro de 2020.

Jouana Folia Pregodra e Presidenta da Comicalia de Lichaglies e Pregodra

Easts of Contamina of 4000 00,610. Contamin se Onice Find de Une 1734 Onices de Den India Fladia. The Service Visit of Une 1734 Onices de Den India Fladia. The Service Visit of United Service Visit

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



SECRETARIA DE GABINETE LEI Nº 5.589, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a impressão no sistema braile para atendimento às pessoas com deficiência visual e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade da impressão no sistema braile das faturas de impostos, taxas e serviços municipais, para atendimento às pessoas com deficiência visual.

§ 1º Para efeitos desta lei, considera-se deficiência visual a perda ou redução de capacidade visual em ambos os olhos em caráter definitivo, que não possa ser melhorada ou corrigida com o uso de lentes, tratamento clínico ou cirúrgico.

§ 2º Os indivíduos que possuem deficiência visual deverão solicitar o envio de fatura impressa no método braile de leitura.

Art. 2º As despesas para a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3ºEsta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Carlinho Antonio Polazzo.

Gabinete do Prefeito, 23 de setembro de 2020.

AUGUSTINHO ZUCCHI Prefeito

> Publicado por: Ana Cristina Rocha da Silva Piacentini Código Identificador:F08045E0

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 28/09/2020. Edição 2105
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/



PLO 17/2019 - Projeto de Lei Ordinária

Ementa: Dispõe sobre a impressão no sistema braile para atendimento às pessoas com deficiência visual e dá outras providências.

(Fica instituída a obrigatoriedade da impressão no sistema braile das faturas de impostos, taxas e serviços municipais, para atendimento às pessoas com deficiência visual. Para efeitos desta lei, considera-se deficiência visual a perda ou redução de capacidade visual em ambos os olhos em caráter definitivo, que não possa ser melhorada ou corrigida com o uso de lentes, tratamento clínico ou cirúrgico. Os indivíduos que possuem deficiência visual deverão solicitar o envio de fatura impressa no método braile de leitura)

Autor: Carlinho Antonio Polazzo – DEM

Data de entrada: 8 de janeiro de 2019 Leitura em Plenário: 4 de fevereiro de 2019

Comissão de Justiça e Redação

Distribuído em: 5 de fevereiro de 2019 **Relatora:** Marines Boff Gerhardt - PSDB

Solicitado Parecer Jurídico em: 21 de novembro de 2019

Emitido em: 10 de agosto de 2020

Redistribuído em: 12 de agosto de 2020

Relator: Joecir Bernardi - PSD

Data Anexação do Parecer Favorável: 31 de agosto de 2020

Comissão de Políticas Públicas

Distribuído em: 1º de setembro de 2020 Relator: Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD

Data Anexação do Parecer Favorável: 3 de setembro de 2020

Comissão de Orçamento e Finanças

Distribuído em: 8 de setembro de 2020 Relator: Vilmar Maccari – Podemos

Data Anexação do Parecer Favorável: 9 de setembro de 2020

VOTAÇÃO SIMPLES

PRIMEIRA VOTAÇÃO: 14 de setembro de 2020 – Aprovado com 10 (dez) votos, com emendas modificativa, supressivas e aditiva.

Votaram a favor: Amilton Maranoski - PL, Carlinho Antonio Polazzo - DEM, Claudemir Zanco - PL, Fabricio Preis de Mello - PSD, Joecir Bernardi - PSD, José Gilson Feitosa da Silva - PT, Marines Boff Gerhardt - PSDB, Rodrigo José Correia - Podemos, Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD e Vilmar Maccari - Podemos.

* O Vereador Amilton Maranoski - PL assumiu (30/10/2019) a vaga do vereador Marco Antonio Augusto Pozza - PSD, em razão da extinção de seu mandato, conforme Ato da Mesa nº 1/2019.

SEGUNDA VOTAÇÃO: 16 de setembro de 2020 - Aprovado com 10 (dez) votos.

Votaram a favor: Amilton Maranoski - PL, Carlinho Antonio Polazzo - DEM, Claudemir Zanco - PL, Fabricio Preis de Mello - PSD, Joecir Bernardi - PSD, José Gilson Feitosa da Silva - PT, Marines Boff Gerhardt - PSDB, Rodrigo José Correia - Podemos, Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD e Vilmar Maccari - Podemos.

* O Vereador Amilton Maranoski - PL assumiu (30/10/2019) a vaga do vereador Marco Antonio Augusto Pozza - PSD, em razão da extinção de seu mandato, conforme Ato da Mesa nº 1/2019.

REDAÇÃO FINAL: Ofício nº 604/2020/DL, datado de 16 de setembro de 2020.

SANÇÃO: Lei nº 5589, de 23 de setembro de 2020.

PUBLICAÇÃO: Publicada na página B7 do Jornal Diário do Sudoeste, edição nº 7732, de 26 e 27 de setembro de 2020 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 28/9/2020. Edição nº 2105.



